

**PODER /** Derrota na tramitação da minirreforma trabalhista, impasse na indicação de André Mendonça ao STF e ataques constantes da CPI da Covid evidenciam o terreno minado para o Planalto na Casa chefiada por Rodrigo Pacheco. **Ciro Nogueira** ainda não mostrou resultado

# Caminho estreito no Senado

» RAPHAEL FELICE  
» TAINÁ ANDRADE

A rejeição da minirreforma trabalhista (MP1.045/2021), na semana passada, foi o mais recente desgosto que o Senado impôs ao Palácio do Planalto. A derrota se junta a outros reverses sofridos pelo governo, como a rejeição à pauta do voto impresso e a indefinição na sabatina do ex-Advogado-Geral da União, André Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

As decisões do Senado ressaltam a postura de Rodrigo Pacheco (DEM/MG), presidente da Casa. Em tom moderado e “apaziguador”, o presidente da Casa legislativa se distancia cada vez mais da verborragia belicosa de Bolsonaro. Enquanto o chefe do Executivo insiste em estremecer a relação institucional entre os Poderes da República, o senador busca “soluções para os problemas do país”.

“Podem contar comigo para unir, não para dividir. É importante que os poderes se conversem. A conversa entre o presidente Arthur Lira com o ministro Luiz Fux (STF), sem dúvidas, foi um avanço. O papel do presidente da República é inegavelmente muito importante nisso, de pacificar, e nós temos muita confiança, porque a despeito de divergências que existem, os nossos inimigos não estão entre nós. Nosso inimigo é o preço do feijão, da gasolina, da luz elétrica. Temos que discutir isso no Brasil e não perdermos tempo com aquilo que não convém”, disse Pacheco na semana passada.

Rodrigo Pacheco posicionou-

Waldemir Barreto/Agência Senado



Simone Tebet (MDB/MS) discursa no plenário do Senado: para a parlamentar, ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, ainda não ajudou na articulação

se de modo firme contra pautas governistas, como o voto impresso. Além disso, o presidente da Casa barrou o impeachment protocolado pelo Planalto a Alexandre de Moraes. O senador acatou, ainda, a decisão do Supremo Tribunal Federal para abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, um dos causadores de impactos no governo.

A postura apaziguadora de Pacheco, colocada em evidência desde que ele assumiu a Presidência do Senado, também pode

ser observada levando-se em conta a eleição de 2022. Nos bastidores, é corrente a avaliação de que o senador trabalha para se posicionar como um candidato da terceira via na corrida ao Planalto. “O que tem motivado as posições de Pacheco é a possibilidade de se candidatar à presidência da República, com a influência e apoio de Gilberto Kassab (presidente e fundador do PSD, partido no qual ele deve se filiar no futuro). Para ele, a posição de mostrar independência em rela-

ção ao governo e a Bolsonaro é importante para ele consolidar essa posição”, opina Valdir Pucci, cientista político.

Independentemente dos planos de Pacheco, o governo enfrenta dificuldades no Senado. Uma das parlamentares mais atuantes da Casa, a senadora Simone Tebet (MDB/MS) acredita que os problemas do governo persistem por causa da ausência de um colega de mandato na articulação política: **Ciro Nogueira**, atual ministro da Casa Civil. “Ciro está muito dis-

tante do Senado. Está dando preferência para a Câmara. O que é um erro”, opina Tebet. Ao assumir a Casa Civil, **Ciro Nogueira** se propôs a trabalhar como um “amortecedor” no choque entre os Poderes provocado pelo presidente Bolsonaro. Até aqui, no entanto, nada indica de que ele tenha obtido resultados consistentes.

## O caso Mendonça

Um indicativo do desacerto na articulação entre o Planalto e o

Senado é a via-crucis de André Mendonça. Permanece indefinida a aprovação dele para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Os ataques do presidente da República ao Supremo colocam os senadores em uma situação complicada, pois cabe a eles aprovar o nome para substituir a vaga deixada por Marco Aurélio Mello. Mendonça está na fila há mais de dois meses, e não há data marcada para a avaliação dos parlamentares.

Na quinta-feira passada, o senador governista Eduardo Girão (Podemos-CE), cobrou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma decisão sobre a sabatina de André Mendonça. “A sociedade espera que o Senado possa cumprir o seu papel o quanto antes. Se ele vai ser aprovado ou não, aí nós temos perguntas para fazer, para deliberar, mas o que não se pode é se omitir em algo que nos compete, uma vez que a gente está aqui para isso”, criticou.

Outro problema de **Jair Bolsonaro** no Senado Federal é a CPI da Covid. Em fase final, a CPI trouxe a público indícios de corrupção no Ministério da Saúde, revelando ainda uma relação suspeita entre lobistas, agentes públicos e até membros da família do presidente. A reação intempestiva do presidente da República, chamando os senadores da CPI de “patetas” e utilizando expressões de baixo calão ao se referir à comissão, só pioram a relação institucional. “As casas Legislativas no Brasil têm um grande espírito corporativo entre seus pares. O ato de atacar um senador leva-se a uma posição de que o Senado é independente e de que caberia ao presidente respeitar este colegialdo”, avalia Valdir Pucci.

## CÂMARA

# Reação à Lei antiterrorismo

Reprodução/polícia - 30/8/210



Assalto em Araçatuba (SP): apesar da violência, não é terrorismo

Entidades da sociedade civil defendem a retirada de tramitação do Projeto de Lei 1595/19, que trata de ações antiterroristas. Representantes de movimentos sociais fizeram a reivindicação em audiência pública, realizada na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Segundo eles, o projeto coloca em risco as manifestações de movimentos sociais. A proposta está sendo analisada por uma comissão especial.

A representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na audiência, Ana Maria Moraes, disse que o projeto pode criminalizar as manifestações por justiça social. Ela defendeu a aprovação de outro projeto que busca garantir que este tipo de ação ocorra sem violência contra os manifestantes (PL 1513/19).

O autor do texto sobre ações contraterroristas, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), tem afirmado que a ideia é prevenir mortes em ações violentas e preservar o patrimônio. Segundo ele, a proposta tem semelhança com outras existentes no mundo.

Os palestrantes da audiência também pediram a derrubada de veto do presidente **Jair Bolsonaro** a artigo da nova lei que define crimes contra o Estado Democrático de Direito (Lei 14.197/21). O artigo em questão buscava justamente coibir o uso de violência contra manifestantes. E criticaram grupos que, segundo eles, pretendem atacar as instituições do país em manifestações previstas para o dia 7 de setembro.

O presidente da comissão, deputado Carlos Veras (PT-PE), disse que esses manifestantes agem contra si mesmos. “É bom lembrar também para aqueles que vão às ruas pedir intervenção militar que eles estão cometendo um ato contra a própria decisão deles de irem às ruas para se manifestarem. Porque, com intervenção militar, com ditadura, não tem manifestação, não tem

direito de organização”, disse.

A coordenadora do Programa de Espaço Cívico da ONG Artigo 19, Raísa Cetra, disse que as pessoas têm medo de se manifestar por direitos no Brasil. “O que vemos hoje é um cenário de autocensura. Não só de perseguição, de criminalização concreta dos movimentos sociais no Brasil, mas um cenário onde as pessoas pensam 4, 5 vezes antes de ir para rua, e mais quatro vezes antes de escrever no Twitter. E isso é inadmissível num contexto democrático”, disse.

## Violência policial

Alguns palestrantes defenderam ações mais efetivas contra a violência policial e lembraram os cidadãos agredidos em maio deste ano em ato contra o governo federal em Pernambuco. A representante do Intervenjos, Lara Moura, disse que, em junho, os batalhões da Polícia Militar de São Paulo que passaram a usar câmeras nos uniformes não registraram nenhuma morte nas operações realizadas.

O projeto de lei também sofre

ressalvas das forças de segurança. A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf) pretende sugerir mudanças na proposta. O diretor jurídico da entidade, Flávio Werneck, afirma que o projeto deve focar na prevenção e repressão a atos realmente classificados como terrorismo no mundo inteiro. A ideia é delimitar o que seja um ato terrorista, sem misturá-lo com outros crimes. Werneck avalia que a discussão precisa ser precedida de consenso sobre a definição do que é um ato terrorista. Há muita confusão entre o que seja uma ação terrorista e um ataque violento e criminoso, como o que aconteceu recentemente em Araçatuba. “São coisas totalmente diferentes”, enfatizou.

A audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara discutiu as recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 2019, há uma parceria entre a Câmara e a ONU para monitoramento dessas recomendações. (Com Agência Câmara)

## CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO

Quando sobra  
**AMOR**  
nada fica faltando.

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Nesses tempos difíceis, o que você tem aí sobrando além de fé, otimismo e esperança? Algum alimento não perecível, um cobertor ou um agasalho?

O Programa Correio Braziliense Solidário está com uma Campanha de Arrecadação para ajudar os que mais precisam.

Faça sua doação:

Drive-Thru: estacionamento do Correio Braziliense SIG – Quadra 2 – nº 340 ou nas Blitz da Rádio Clube FM

apoio:

realização:

CORREIO BRAZILIENSE



settegreen

